

Editorial

Os ganhos advindos do processo de especialização na construção do conhecimento, bem como no desenvolvimento tecnológico e científico, podem ser significativamente dificultados, e por vezes até mesmo obstruídos, quando não são adequadamente absorvidos, compreendidos e reconhecidos pela sociedade. A produção científica não se esgota em seus próprios métodos e resultados; ela depende, em grande medida, de um ambiente social capaz de acolhê-la, interpretá-la e integrá-la às práticas coletivas. O processo pelo qual a ciência alcança relevância social é, portanto, permeado por atitudes tanto teóricas quanto práticas que não dizem respeito apenas aos cientistas, mas se estendem à sociedade como um todo.

Se é inegável que os conhecimentos científicos avançaram de modo extraordinário ao longo dos últimos dois séculos, também é verdade que, nas últimas décadas, e de maneira particularmente visível nos últimos vinte anos, testemunhamos o fortalecimento de formas variadas de anti-intelectualismo, bem como o surgimento de movimentos explicitamente hostis à autoridade epistêmica da ciência. A necessidade das Marchas pela Ciência, realizadas em diversas cidades do mundo a partir de 2017, constitui um sintoma eloquente desse cenário. Do mesmo modo, a pandemia de covid-19 evidenciou, em escala global, o quanto recomendações técnico-científicas puderam ser desconsideradas, relativizadas ou instrumentalizadas por interesses políticos e ideológicos. Esse quadro não se restringe a um evento específico: ele se prolonga nas resistências persistentes às evidências relativas ao aquecimento global e às mudanças climáticas, apesar do amplo consenso científico acerca de sua gravidade.

Diante desse contexto, torna-se urgente investigar as fontes, muitas vezes inerentes ao próprio intelecto humano, que tornam os indivíduos propensos a sucumbir a paixões, egoísmos, misticismos e fanatismos capazes de corromper e obscurecer o julgamento. O aspecto mais inquietante desse fenômeno talvez resida no fato de que tais tendências não se limitam àqueles desprovidos de instrução formal. Não raramente, observamos indivíduos com formação acadêmica abandonarem procedimentos críticos fundamentais e aderirem a posições marcadamente dogmáticas. Aqueles de quem se esperava uma postura mais alinhada aos valores da investigação científica por vezes contribuem, eles próprios, para a disseminação da confusão epistêmica.

Essa preocupação, evidentemente, não é nova na história da filosofia. Francis Bacon, um dos pais fundadores da ciência moderna, já alertava para os *ídola*, os ídolos do intelecto, que inclinam o espírito humano ao erro. Ídolos da tribo, da caverna, do foro e do teatro designam, cada qual a seu modo, disposições estruturais que interferem na apreensão da verdade e exigem vigilância constante. A modernidade filosófica nasce, em parte, dessa consciência de que o progresso do conhecimento requer não apenas métodos adequados, mas também um trabalho crítico de depuração das ilusões que acompanham o exercício da razão.

Tampouco Kant deixou de reconhecer esse problema. Em diversos momentos de sua obra, e de maneira paradigmática na *Crítica da razão pura*, o filósofo tematizou as ilusões às quais a razão inevitavelmente se vê exposta. Longe de serem meros acidentes, tais ilusões emergem do próprio funcionamento da racionalidade quando esta ultrapassa os limites da experiência possível. A razão, por assim dizer, engendra suas próprias miragens. Reconhecer essa propensão não implica ceticismo, mas antes a necessidade de uma crítica permanente, capaz de delimitar o uso legítimo das nossas faculdades cognitivas.

Investigar as fontes da irracionalidade social constitui, assim, uma condição *sine qua non* para compreender por que muitos dos conhecimentos produzidos pela ciência, em seus mais diversos ramos, vêm sendo ideologicamente rejeitados, deformados ou seletivamente apropriados. Também ajuda a explicar por que profissionais com formação técnica altamente especializada (médicos, juristas, engenheiros, economistas, professores etc) por vezes abdicam do rigor que deu origem ao seu campo de conhecimento para aderir a narrativas simplificadoras ou identitárias, contribuindo para o adensamento de um ambiente público marcado pela desinformação e polarização ideológica.

Seria um equívoco, contudo, tratar esse processo como algo meramente artificial ou fabricado. Trata-se de um processo que combina disposições cognitivas e afetivas profundamente enraizadas junto com estruturas políticas, econômicas, sociais e midiáticas que atuam de forma relevante na amplificação da irracionalidade coletiva. Dessa forma, o ser humano parece oscilar entre duas tendências fundamentais: de um lado, o impulso e instituições que se direcionam a promoção do conhecimento, à explicação e à compreensão; de outro, forças e patologias sociais e institucionais que minam esse mesmo movimento, como o apego a crenças confortáveis, a busca por pertencimento, a resistência à revisão de convicções e a atração por narrativas que simplificam a complexidade do real.

Compreender essa tensão talvez seja um dos desafios centrais do nosso tempo. Pois se o desenvolvimento técnico-científico continuar a avançar em descompasso com a capacidade social de assimilá-lo criticamente, corremos o risco de assistir a uma situação paradoxal: jamais produzimos tanto conhecimento, e ainda assim ele pode se tornar socialmente inócuo. Combater esse cenário exige mais do que a simples reafirmação da autoridade da ciência. Exige compreender as raízes das tendências irracionais que atravessam tanto a vida individual quanto a coletiva. Somente a partir de um diagnóstico mais preciso será possível discutir estratégias de enfrentamento ou, ao menos, desenvolver formas de precaução intelectual e institucional. Trata-se não apenas de defender conteúdos científicos específicos, mas de fortalecer as condições culturais que tornam possível o exercício público da razão.

Foi precisamente o reconhecimento da complexidade desse problema que orientou a concepção deste volume da *Revista Dois Pontos*. Ao reunir contribuições provenientes de diferentes tradições filosóficas, abordagens teóricas e perspectivas metodológicas, buscamos lançar luz sobre as múltiplas dimensões da irracionalidade social. Mais do que oferecer respostas definitivas, os textos aqui reunidos pretendem mapear o terreno, explicitar tensões e abrir caminhos para investigações futuras.

Reconhecer e analisar a existência dessa tensão entre racionalidade e irracionalidade não é apenas um exercício teórico; trata-se de uma tarefa com implicações profundamente práticas. Em um momento histórico no qual as fronteiras entre conhecimento e opinião parecem cada vez mais difusas, reafirmar o valor da crítica, da argumentação e do exame rigoroso torna-se um imperativo filosófico e civilizacional. Este volume convida, portanto, o leitor a refletir sobre um problema que, longe de ser periférico, toca o próprio destino das sociedades contemporâneas. Pois, se é verdade que o ser humano possui uma inclinação natural para conhecer, não é menos verdadeiro que carrega consigo tendências que ameaçam continuamente esse projeto. Tornar visível essa ambivalência talvez seja o primeiro passo para que possamos enfrentá-la com a lucidez que ela exige.

Prof. Dr. Joel Thiago Klein (UFPR)